



### Projeto de resolução n.º 763/XV

Recomenda ao Governo novas soluções de monitorização e abastecimento de água em Portugal.

As sociedades contemporâneas, baseadas no consumo, permitem-nos obter os níveis de conforto elevados que não dispensamos nas nossas vidas, mas implicam igualmente uma utilização excessiva e descontrolada de recursos do planeta. O padrão de vida no mundo ocidental levou ao desenvolvimento de um modelo económico que obriga a uma satisfação permanente das nossas necessidades. Podemos mesmo dizer que o que usamos ou o que adquirimos, nos dias de hoje, não se compra com euros ou com outra qualquer moeda internacional, mas sim com recursos do planeta, existindo estudos que apresentam de forma detalhada a quantidade de recursos exaurida na produção de algumas das coisas básicas que consumimos diariamente.

A ação humana, nos últimos dois séculos, espoliou externalidades muito negativas no que diz respeito à preservação da biodiversidade, ao esgotamento de recursos e a alterações do clima. O sistema económico marcado pela linearidade, onde tem assentado o crescimento de todos os países desde a revolução industrial, adensa estes efeitos perniciosos, como um círculo vicioso que algema o crescimento económico à extração, produção e consumo sem limites, levando a efeitos negativos cada vez mais expressivos e irreversíveis. A adoção de um paradigma económico marcado pela circularidade é o caminho essencial para garantir, simultaneamente, crescimento económico, bem-estar das populações e sustentabilidade ambiental.

Apesar da urgência desta transição, a sua plena adoção exige tempo de adaptação, de forma a garantir que a transição que se deseja seja justa e equilibrada. É, portanto, fundamental, que neste hiato temporal, os governos adotem medidas de mitigação dos



efeitos adversos da nossa atividade que garantam a disponibilidade e eficiência dos recursos essenciais à vida e à atividade económica.

Também no panorama europeu, o Pacto Ecológico Europeu e o pacote legislativo Fit for 55 têm vindo a introduzir mecanismos que vinculam os 27 países da União Europeia à implementação de medidas que garantam a sustentabilidade no uso destes recursos. Aconteceu assim em muitas áreas essenciais, como é o caso da produção de eletricidade, das telecomunicações ou da emancipação energética face ao gás natural, estando estratégia conjunta de produção e distribuição de gases renováveis em desenvolvimento no espaço europeu.

Portugal está seriamente comprometido com este esforço e, pela sua condição geográfica singular, deve ter uma atenção particular nessa ambição regional de tornar o continente europeu um território mais resiliente do ponto de vista ambiental e mais capaz de responder aos desafios que as alterações climáticas encerram. Muitas vezes utilizamos a expressão “ilha energética” para caracterizar a relação que a Península Ibérica tem com os outros países da União Europeia no que toca ao setor energético, tendo-se inclusivamente desenvolvido algumas medidas que permitiram uma excecionalidade face às regras comunitárias. O mesmo podemos dizer de Portugal face a Espanha em matéria de recursos hídricos.

É o caso da gestão dos recursos hídricos nacionais. Uma boa parte do território continental português é ocupado por bacias hidrográficas partilhadas com Espanha, sendo que cerca de 40% das escorrências superficiais que ocorrem em Portugal têm origem no país vizinho.



Figura 1 - Bacias Hidrográficas Internacionais (Fonte APA)

São vários os fóruns bilaterais onde as questões relacionadas com os recursos hídricos peninsulares têm vindo a ser analisadas. Presentemente, encontra-se em vigor um exercício de consolidação ao abrigo da Convenção de Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, também conhecida como a Convenção de Albufeira. A Convenção, que sinaliza um marco de cooperação política e económica entre Espanha e Portugal na integração das disposições da Diretiva-Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE de 23 de outubro de 2000), constitui um instrumento importante de coordenação política entre os dois países, assegurando, entre outros aspetos, uma gestão conjunta das bacias hidrográficas.

A adaptação às alterações climáticas evidencia a necessidade de ter uma gestão muito mais eficiente deste recurso vital e reduzir drasticamente o uso de água. Além disso, é fundamental que se aposte em novas origens de fornecimento de água, implicando a



cooperação e o envolvimento dos vários setores, sobretudo os mais dependentes deste recurso, a fim de garantir que a resiliência é alcançada de forma justa e equitativa.

Demonstrativo dessa exigência, é o estudo “Avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e aplicação do Índice de escassez WEI+”, promovido pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, o qual visa conhecer quer as disponibilidades quer as necessidades hídricas atuais e futuras, em cenário de alterações climáticas.

As conclusões mais evidentes são: a diminuição em cerca de 15% da precipitação nos últimos 20 anos, prevendo-se que diminua entre 10% a 25% até ao final do século e a diminuição das disponibilidades em cerca de 20%, em média, nos últimos trinta anos.

Em cenários de alterações climáticas, estes valores vão agravar-se, pelo que a compatibilização das necessidades setoriais com as disponibilidades hídricas existentes é um duplo desafio na gestão equilibrada da água, que passa por assegurar a eficiência na oferta e incentivar a eficiência na procura.

Monitorizar em tempo real a disponibilidade de água das diferentes bacias do território nacional, é uma necessidade premente para os próximos anos. A experiência vivida no ano de 2022 veio evidenciar a necessidade urgente de uma gestão equilibrada das bacias hídricas nacionais face ao impacto agravado decorrente das alterações climáticas, num futuro a curto-prazo. Esse processo está em curso: a APA tem vindo a desenvolver um aturado trabalho na monitorização dos recursos hídricos em Portugal, através de modelos onde se analisam parâmetros, tais como a direção e a velocidade média diária do vento, a evaporação média diária, a humidade relativa média diária, o nível de precipitação anual média, a pressão atmosférica, a radiação diária, a temperatura média diária da água e do ar.



O nível de precipitação anual média tem vindo a diminuir nos últimos anos. Cada vez mais é necessário conhecer bem as oito Regiões Hidrográficas em Portugal, designadamente, Minho e Lima, Cávado, Ave e Leça, Douro, Mondego, Vouga e Lis, Tejo e Ribeiras do Oeste, Sado e Mira, Guadiana e Ribeiras do Algarve. Atender a parâmetros como a capacidade de escoamento, a retenção inicial, a capacidade de retenção de água na bacia e a recarga mensal máxima, bem como ao dimensionamento dos usos em função dos níveis de escorrências, deve ser uma prática obrigatória na gestão do território.

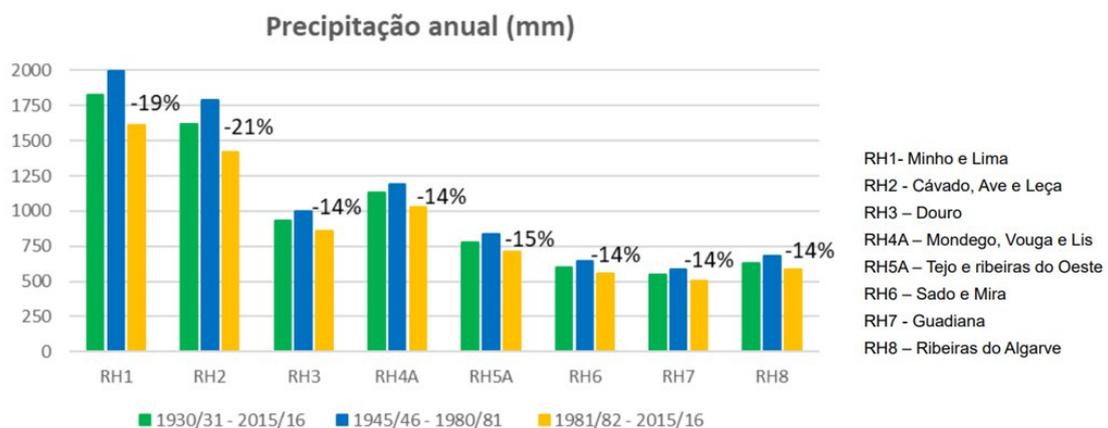


Figura 2 - Os valores representam a variação da precipitação anual média entre os períodos 1945/46-1980/81 e 1981/82-2015/16 (Fonte APA)

O nível de escoamento nas regiões hidrográficas tem-se reduzido drasticamente nos últimos anos, o que torna obrigatório conhecer os consumos em cada um dos setores dentro de cada uma das regiões.

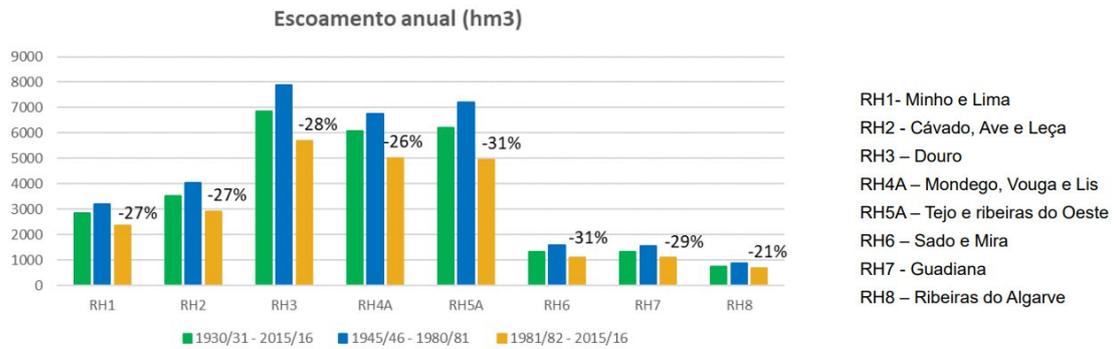


Figura 3 - Os valores representam a variação das escoâncias anuais médias entre os períodos 1945/46-1980/81 e 1981/82-2015/16 (Fonte APA)

Essa monitorização tem-nos permitido perceber que as bacias hidrográficas têm hoje menos água. resultado das alterações climáticas que afetaram o regime hídrico. A Figura 4 é demonstrativa do que está a acontecer na Península Ibérica, com a representação da redução de escoâncias de cada uma das bacias internacionais, considerando conjuntamente a parte do território espanhol e a parte do território português.

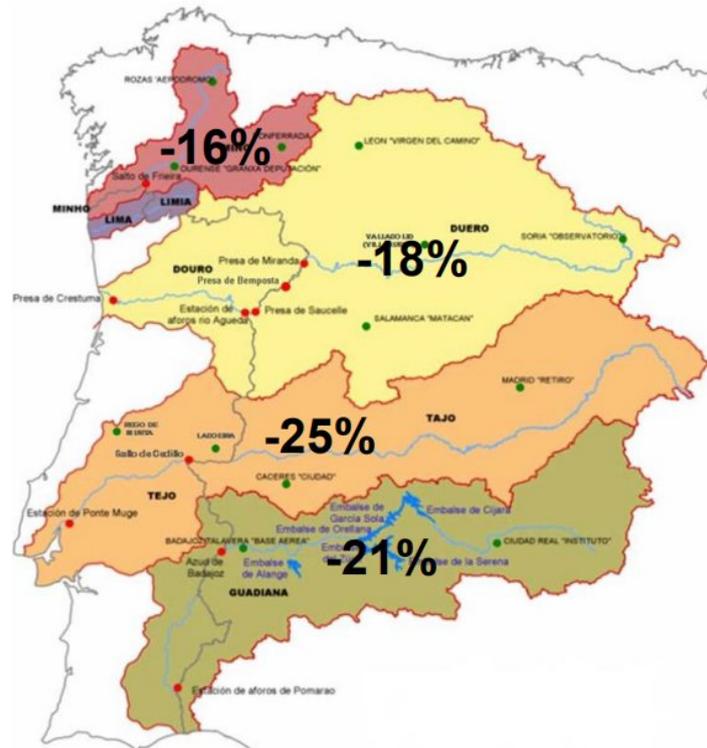


Figura 4 - Disponibilidades de água: Escoamento anual (Fonte APA)

Compreende-se que, apesar da importância de aumentar a oferta, urge tomar medidas para assegurar uma utilização mais eficiente e criteriosa, tendo em conta a disponibilidade finita do recurso. Como dissemos, torna-se imperioso adaptar o tecido produtivo às reais disponibilidades hídricas, assente num modelo onde a criação de riqueza esteja associada à disponibilidade dos recursos e ao valor acrescentado bruto dos produtos que vão ser produzidos mediante a sua utilização., seja esse valor de ordem económica ou de carácter estratégico para o País, antecipando cenários de procura e de oferta. Atualmente, é, ainda, possível simular as escorrências nos próximos 70 anos, com base em modelos de modelação climática e de eventos extremos e nos dois cenários apresentados na Figura 5, existem motivos de muita preocupação.

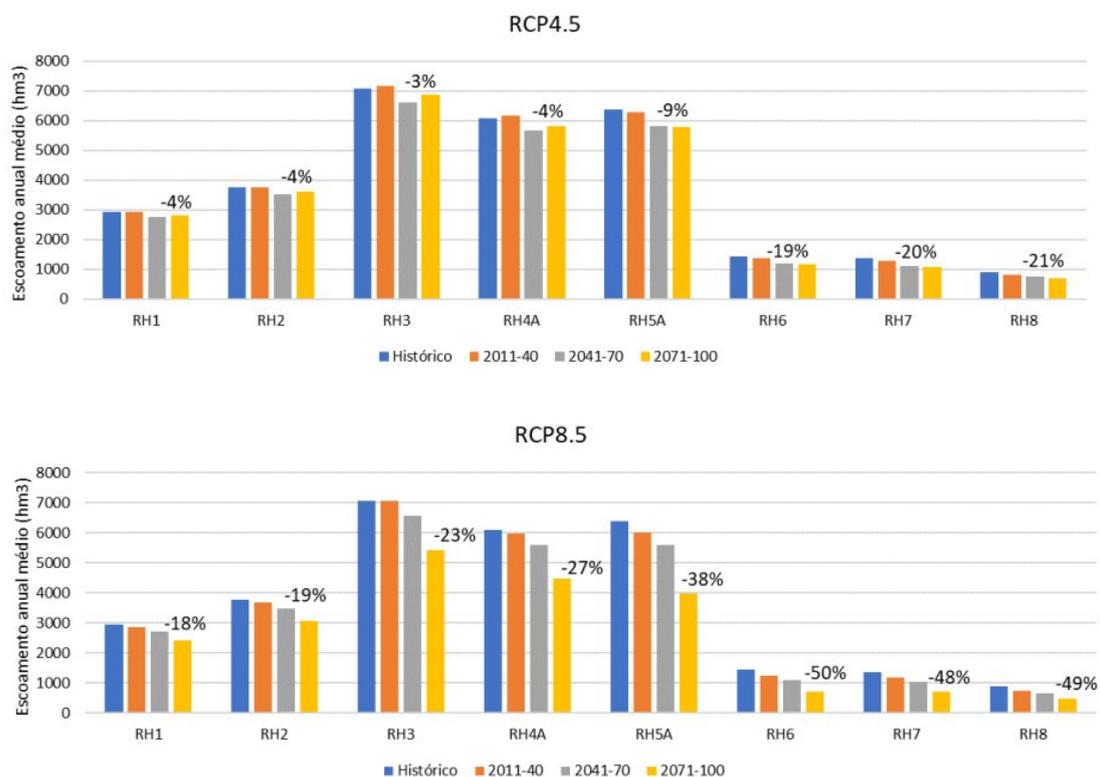


Figura 5 - Cenários climáticos: Escoamento anual (Fonte APA)

RH1- Minho e Lima  
 RH2 - Cávado, Ave e Leça  
 RH3 - Douro  
 RH4A - Mondego, Vouga e Lis  
 RH5A - Tejo e ribeiras do Oeste  
 RH6 - Sado e Mira  
 RH7 - Guadiana  
 RH8 - Ribeiras do Algarve

Levar em conta o índice de escassez WEI+ por região, é igualmente, um exercício fundamental, porque permite entender quais as medidas e políticas que devem ser implementadas, face a cenários futuros, em cada uma das regiões, e, desta forma,



retirar as conclusões sobre as melhores estratégias para um uso racional e sustentável da água.

$$WEI+ = \frac{RWR}{(RWR + RWR)}$$

RWR: Recursos superficiais e subterrâneos disponíveis, deduzidos dos volumes para fins ecológicos

Uso de água: Volumes captados, deduzidos dos retornos

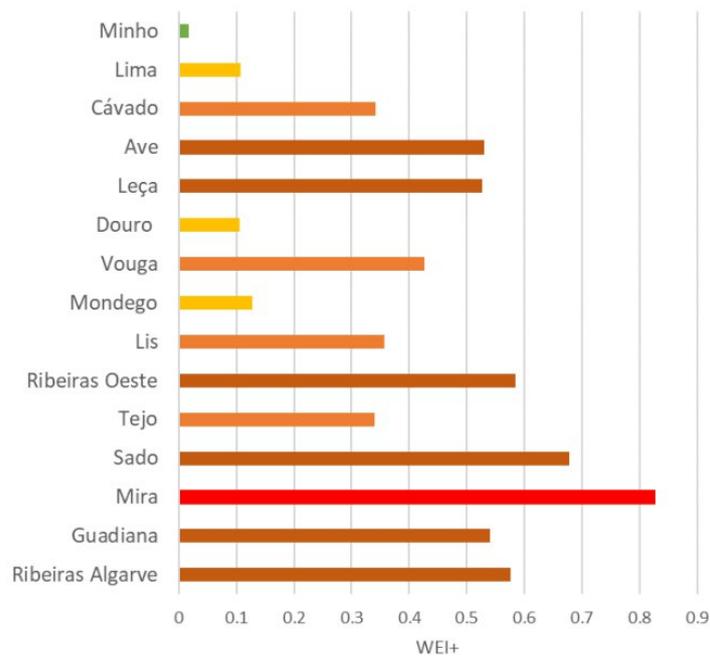


Figura 6 - WEI+ por Região Hidrográfica (Fonte APA)

Num quadro em que os valores do WEI+ são genericamente elevados, as bacias hidrográficas do Sado e do Mira são aquelas que merecem maior preocupação

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:



A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

- 1) Desenvolva o cronograma de implementação dos Planos de Eficiência Hídrica das diferentes regiões e bacias hidrográficas, priorizando a implementação por aquelas que apresentam níveis de escassez severa ou extrema;
- 2) Preveja no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo a construção de uma central dessalinizadora, de forma a assegurar o aumento da oferta hídrica na região.
- 3) Assegure a monitorização e controlo de perdas nas diferentes bacias e consumos por setor e defina metas para o cumprimento de objetivos de eficiência no uso dos recursos hídricos;
- 4) Integre nos instrumentos de gestão territorial a obrigatoriedade de avaliação de recursos hídricos nos projetos a desenvolver em cada um dos municípios, com vista a garantir a segurança do abastecimento;
- 5) Apresente ao Parlamento os planos para a implementação de novas soluções de abastecimento de água em Portugal.

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2023

As Deputadas e os Deputados

Rui Lage



António Monteiro

Ricardo Pinheiro

Nelson Brito

João Miguel Nicolau

Eurico Brilhante Dias

Bárbara Dias

Diogo Cunha

Francisco Dinis

Joaquim Barreto

José Pedro Ferreira

Raquel Ferreira

Tiago Brandão Rodrigues



Vera Braz

André Pinotes Batista

Hugo Carvalho

Joana Lima

Jorge Gabriel Martins

José Carlos Barbosa

José Rui Cruz

Luís Graça

Miguel Matos

Paulo Marques

Susana Barroso

Tiago Barbosa Ribeiro